

ECOSSOCIALISMOS E CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA: CRÍTICA AO CAPITALISMO NEOLIBERAL E HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÃO

ECOSOCIALISMS AND THE CONTEMPORARY SOCIO-ENVIRONMENTAL CRISIS: CRITIQUE OF NEOLIBERAL CAPITALISM AND HORIZONS OF TRANSFORMATION

ECOSSOCIALISMOS Y CRISIS SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA: CRÍTICA AL CAPITALISMO NEOLIBERAL Y HORIZONTES DE TRANSFORMACIÓN



10.56238/revgeov17n6-068

Fernando Luz Sinimbu Portugal

Doutorando em Direito, Doutorando em Ciências Sociais

Instituição: Universidade de Santiago de Compostela, Pontifícia Universidade Católica de Minas

Gerais

E-mail portugalbh@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa os Ecosocialismos como alternativa teórica e política diante da crise socioambiental contemporânea associada ao capitalismo neoliberal. Parte-se do diagnóstico de que a intensificação das mudanças climáticas, a degradação ecológica e o aprofundamento das desigualdades sociais configuram uma crise estrutural multidimensional. Nesse contexto, investiga-se como as correntes ecosocialistas reinterpretem a tradição marxista à luz da problemática ambiental, propondo uma crítica ampliada às formas de produção, consumo e organização social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórica de caráter analítico-interpretativo, baseada na revisão crítica da literatura e na articulação entre materialismo histórico e ecologia política. Os resultados indicam que os Ecosocialismos se estruturam a partir de três eixos principais: a crítica à mercantilização da natureza, a defesa da justiça socioambiental e a proposição de formas democráticas de gestão dos bens comuns. Conclui-se que, embora plural e em desenvolvimento, o ecosocialismo oferece um horizonte analítico e normativo relevante para enfrentar os limites ecológicos do capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Ecosocialismo. Crise Socioambiental. Capitalismo Neoliberal. Justiça Ambiental. Marxismo Ecológico.

ABSTRACT

This article analyzes Ecosocialisms as a theoretical and political alternative to the contemporary socio-environmental crisis associated with neoliberal capitalism. It is based on the premise that the intensification of climate change, ecological degradation, and deepening social inequalities constitute a multidimensional structural crisis. In this context, the study examines how ecosocialist currents reinterpret the Marxist tradition in light of environmental issues, proposing an expanded critique of production, consumption, and social organization. Methodologically, this is a theoretical and analytical study grounded in a critical review of the literature and the articulation between historical materialism and political ecology. The findings indicate that Ecosocialisms are structured around three main axes: the critique of the commodification of nature, the defense of socio-environmental justice, and the proposal of democratic forms of managing common goods. It concludes that, despite its plurality and



ongoing development, ecosocialism offers a relevant analytical and normative framework to address the ecological limits of contemporary capitalism.

Keywords: Ecosocialism. Socio-Environmental Crisis. Neoliberal Capitalism. Environmental Justice. Ecological Marxism.

RESUMEN

El presente artículo analiza los Ecosocialismos como alternativa teórica y política frente a la crisis socioambiental contemporánea asociada al capitalismo neoliberal. Parte del diagnóstico de que la intensificación del cambio climático, la degradación ecológica y el aumento de las desigualdades sociales configuran una crisis estructural multidimensional. En este contexto, se examina cómo las corrientes ecosocialistas reinterpretan la tradición marxista a la luz de la problemática ambiental, proponiendo una crítica ampliada a las formas de producción, consumo y organización social. Metodológicamente, se trata de una investigación teórica de carácter analítico-interpretativo, basada en la revisión crítica de la literatura y en la articulación entre materialismo histórico y ecología política. Los resultados indican que los Ecosocialismos se estructuran en torno a tres ejes principales: la crítica a la mercantilización de la naturaleza, la defensa de la justicia socioambiental y la propuesta de formas democráticas de gestión de los bienes comunes. Se concluye que, a pesar de su carácter plural y en desarrollo, el ecosocialismo ofrece un marco analítico y normativo relevante para enfrentar los límites ecológicos del capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: Ecosocialismo. Crisis Socioambiental. Capitalismo Neoliberal. Justicia Ambiental. Marxismo Ecológico.



1 INTRODUÇÃO

A crise socioambiental contemporânea consolidou-se como um dos principais problemas civilizatórios do século XXI. Longe de se restringir a eventos climáticos isolados ou a desastres ambientais localizados, ela expressa uma desorganização estrutural das relações entre sociedade e natureza, articulada à forma histórica de produção, circulação e consumo vigente no capitalismo neoliberal. Nesse quadro, o agravamento das mudanças climáticas, a intensificação de eventos extremos, a perda de biodiversidade, a contaminação de ecossistemas e a desigual distribuição dos danos ambientais indicam que a crise ecológica não pode ser compreendida como fenômeno exclusivamente natural ou técnico, mas como processo social, econômico e político de larga escala (Leff, 2023; Marques, 2023). Essa chave de leitura aparece de modo central na sua tese ao situar a crise climática como resultado de condutas antrópicas inseridas em uma racionalidade socioeconômica predatória, típica do capitalismo contemporâneo.

A literatura mobilizada no documento mostra que o reconhecimento dessa crise passa, inclusive, pela consolidação de categorias como Antropoceno, empregada para designar uma época marcada pela magnitude dos impactos humanos sobre os sistemas terrestres (Marques, 2023; Subcommission on Quaternary Stratigraphy, 2025). Tal formulação não deve ser tomada apenas como nomenclatura geológica, mas como índice de uma mutação histórica: a humanidade passou a interferir nos ciclos biogeoquímicos, no clima, nos oceanos, no uso do solo e na composição material do planeta de forma persistente e potencialmente irreversível. Em consequência, a questão ecológica deixa de ocupar posição periférica e passa a interpelar o próprio modo como as ciências sociais pensam desenvolvimento, progresso, Estado, mercado e justiça. Na formulação presente na tese, essa crise exige abordagens interdisciplinares e uma reconsideração profunda das conexões entre economia, política, cultura e ecologia (Leff, 2023; Marques, 2023).

Entretanto, a força explicativa da crise socioambiental não decorre apenas da constatação de danos ecológicos acumulados. Ela se amplia quando se observa que seus efeitos recaem de maneira desigual sobre grupos e territórios socialmente vulnerabilizados. A própria tese enfatiza que a degradação ambiental e os deslocamentos populacionais contemporâneos se entrelaçam a desigualdades históricas, produzindo cenários nos quais populações já precarizadas suportam de forma desproporcional os custos sociais e sanitários do colapso ecológico (Marques, 2023; Bossi et al., 2025). Essa dimensão distributiva é decisiva porque desloca o debate ambiental de uma problemática estritamente preservacionista para uma problemática de justiça socioambiental. Não se trata apenas de proteger a natureza em abstrato, mas de compreender quem produz os danos, quem se beneficia do modelo de acumulação vigente e quem suporta seus efeitos mais violentos.

É nesse ponto que a crítica ao capitalismo neoliberal assume centralidade analítica. Conforme desenvolvido no seu documento, parte importante da literatura contemporânea sustenta que a crise



ecológica global não pode ser dissociada de prioridades econômicas e políticas que subordinam o meio ambiente à lógica da rentabilidade, da concorrência e da expansão contínua do capital (Harvey, 2014; Harvey, 2019; Harvey, 2020; Leff, 2023; Marques, 2023). O neoliberalismo, nesse sentido, não se reduz a um conjunto de políticas econômicas; ele opera como racionalidade social ampliada, convertendo o mercado em princípio organizador da vida coletiva e transformando a natureza em mero estoque de recursos apropriáveis. A consequência é a naturalização de um padrão de crescimento ilimitado incompatível com os limites ecológicos do planeta. No material da tese, essa incompatibilidade aparece associada tanto à crítica da mercantilização da natureza quanto à denúncia de discursos formais de sustentabilidade que não alteram estruturalmente os padrões de produção e consumo dominantes (Marques, 2023; Harvey, 2021).

Nessa direção, os autores trabalhados no capítulo sobre Ecosocialismos convergem ao afirmar que o capitalismo não apenas explora o trabalho, mas também reorganiza destrutivamente as condições naturais de reprodução da vida. Barreto, Burkett, Foster, Leff, Löwy, Saito, Schmidt e Servulo, tal como mobilizados na tese, sustentam leituras críticas segundo as quais a crise ecológica não constitui falha externa do sistema, mas manifestação interna de seu modo de funcionamento (Barreto, 2022; Burkett, 2018; Burkett, 2019; Foster, 2023; Leff, 2023; Löwy, 2014; Saito, 2021; Schmidt, 2014; Servulo, 2019). Em vez de representar simples atualização temática do marxismo, o ecosocialismo emerge como tentativa de repensar a tradição marxiana-marxista à luz da crise ambiental contemporânea, incorporando a ecologia política à crítica da economia política. Tal deslocamento é relevante porque reposiciona a questão ambiental no interior das contradições estruturais do capital e recusa tratá-la como apêndice moral ou agenda setorial.

Sob essa perspectiva, os Ecosocialismos podem ser compreendidos como abordagens teórico-paradigmáticas plurais que articulam crítica anticapitalista, preservação ecológica e justiça social. Sua definição, conforme aparece na sua tese, é deliberadamente polissêmica, mas possui um núcleo comum: a recusa do produtivismo, do extrativismo destrutivo e da subordinação da vida à lógica da valorização incessante do valor (Barreto, 2022; Burkett, 2018; Foster, 2023; Löwy, 2014; Saito, 2021). Ao mesmo tempo, essas correntes propõem novas formas de organização social baseadas em planejamento democrático, controle social das decisões econômicas, transição energética, reestruturação urbana e orientação do metabolismo social segundo critérios de uso, bem-estar coletivo e sustentabilidade (Barreto, 2022; Burkett, 2019; Foster, 2023; Leff, 2023; Servulo, 2019). Há, portanto, uma dupla operação: de um lado, a crítica da racionalidade neoliberal; de outro, a formulação de horizontes alternativos de reorganização socioecológica.

O problema central deste artigo decorre exatamente dessa inflexão. Se a crise socioambiental é estruturalmente vinculada ao capitalismo neoliberal, em que medida os Ecosocialismos oferecem um quadro teórico consistente para compreendê-la e enfrentá-la? Mais especificamente, interessa



examinar como essa tradição reelabora categorias marxistas para interpretar a mercantilização da natureza, a desigualdade ecológica e os limites civilizatórios do crescimento econômico contínuo. A hipótese aqui assumida é que os Ecosocialismos, apesar de sua pluralidade interna e de certas fragilidades conceituais ainda em aberto, constituem um dos mais robustos referenciais críticos disponíveis para pensar conjuntamente crise ecológica, exploração social e transformação política (Barreto, 2022; Foster, 2023; Leff, 2023; Löwy, 2014; Saito, 2021). A própria tese observa que essas formulações permanecem em desenvolvimento e demandam aprofundamento transdisciplinar, mas reconhece sua relevância como alternativas legítimas à racionalidade socioecológica hegemônica.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar os Ecosocialismos como horizonte crítico e propositivo frente à crise socioambiental contemporânea. Para tanto, parte-se de três movimentos analíticos: primeiro, a contextualização da crise ecológica no interior das contradições do capitalismo neoliberal; segundo, a exposição dos fundamentos teóricos do ecosocialismo; terceiro, a discussão de suas contribuições e limites para a formulação de alternativas socioambientais. Ao fazê-lo, busca-se sustentar que a crítica ecosocialista é relevante não apenas por denunciar a insustentabilidade do modelo vigente, mas por recolocar no centro do debate acadêmico e político a necessidade de reordenar as relações entre economia, democracia e natureza em bases substantivamente mais justas. Essa inflexão é coerente com a conclusão geral da sua tese, segundo a qual a crise contemporânea exige novas racionalidades socioambientais, capazes de superar a mercantilização da vida e reconstituir o vínculo entre humanidade e mundo natural.

2 METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórica, orientada por um viés analítico-interpretativo, tendo em vista a complexidade do objeto investigado e a necessidade de articulação entre diferentes campos do conhecimento. A escolha por esse desenho metodológico decorre do entendimento de que a crise socioambiental contemporânea não pode ser adequadamente apreendida por meio de análises exclusivamente empíricas ou descritivas, exigindo, ao contrário, um esforço de interpretação das estruturas sociais, econômicas e políticas que a produzem e reproduzem (Leff, 2023; Marques, 2023). Tal perspectiva encontra respaldo na abordagem desenvolvida na sua tese, que enfatiza a necessidade de leituras interdisciplinares para compreender a relação entre sociedade e natureza.

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa insere-se no campo da teoria social crítica, estabelecendo interlocução direta com o materialismo histórico e com a ecologia política. Parte-se da premissa de que a crise ambiental contemporânea não constitui um fenômeno isolado ou contingente, mas uma expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista, especialmente em sua configuração neoliberal. Nesse sentido, a análise privilegia a articulação entre categorias



econômicas e ecológicas, buscando compreender como a dinâmica de acumulação de capital incide sobre os sistemas naturais e reconfigura as relações sociais. Essa orientação metodológica está alinhada à tradição teórica mobilizada na sua tese, que articula crítica ao capitalismo e análise socioambiental como dimensões inseparáveis.

Em termos operacionais, o artigo fundamenta-se na revisão crítica da literatura especializada, com ênfase em autores vinculados ao marxismo ecológico e às correntes ecossocialistas. Foram mobilizadas contribuições teóricas que discutem a mercantilização da natureza, a ruptura metabólica entre sociedade e meio ambiente e as alternativas socioeconômicas propostas no âmbito do ecossocialismo (Barreto, 2022; Burkett, 2018; Burkett, 2019; Foster, 2023; Löwy, 2014; Saito, 2021; Servulo, 2019). A seleção dessas obras não se deu de forma aleatória, mas orientada por sua relevância no debate contemporâneo sobre a crise ecológica e por sua presença estruturante na fundamentação teórica da sua tese.

O procedimento analítico consistiu na identificação, sistematização e articulação de categorias centrais, a partir das quais se buscou interpretar criticamente o objeto de estudo. Inicialmente, foram delimitados conceitos-chave recorrentes na literatura, tais como mercantilização da natureza, justiça socioambiental e limites ecológicos do crescimento econômico. Em seguida, procedeu-se à análise comparativa das formulações ecossocialistas, com o objetivo de identificar convergências teóricas e tensões internas ao campo. Por fim, essas categorias foram relacionadas ao diagnóstico mais amplo da crise socioambiental contemporânea, especialmente no que se refere à expansão do consumo, à intensificação da exploração dos recursos naturais e à racionalidade econômica neoliberal (Harvey, 2014; Harvey, 2019; Harvey, 2020).

A análise foi organizada a partir de três dimensões interdependentes, quais sejam, socioeconômica, sociopolítica e socioecológica; inspiradas nos eixos analíticos desenvolvidos na sua tese. Essa estrutura permitiu examinar os Ecossocialismos de forma integrada, evitando tanto reducionismos economicistas quanto abordagens normativas desvinculadas das condições materiais. Ao articular essas dimensões, buscou-se evidenciar como as propostas ecossocialistas não se limitam à crítica teórica, mas apontam para formas alternativas de organização social e de gestão dos recursos naturais.

Por fim, destaca-se que, por se tratar de uma investigação de caráter teórico, o artigo não envolve coleta de dados empíricos. Seu objetivo reside na construção de uma interpretação crítica e sistematizada do debate contemporâneo sobre Ecossocialismos, contribuindo para o avanço da reflexão acadêmica no campo das ciências sociais. Essa opção metodológica é coerente com a proposta desenvolvida na sua tese, que privilegia a análise conceitual e comparativa como instrumentos fundamentais para compreender a crise socioambiental e suas possíveis alternativas.



3 REFERENCIAL TEÓRICO: ECOSSOCIALISMOS E A CRÍTICA ECOLÓGICA DO CAPITALISMO

Os Ecosocialismos constituem um campo teórico plural que emerge da reinterpretação contemporânea da tradição marxiana-marxista à luz da crise socioambiental global. Diferentemente das formulações clássicas do marxismo, que privilegiaram a análise das relações de produção e da exploração do trabalho, as correntes ecosocialistas incorporam a dimensão ecológica como elemento estruturante das contradições do capitalismo. Tal deslocamento não implica ruptura com o materialismo histórico, mas sua ampliação, ao reconhecer que a dinâmica de acumulação de capital produz não apenas desigualdades sociais, mas também degradação sistemática das condições naturais de reprodução da vida (Foster, 2023; Saito, 2021).

Nesse sentido, um dos conceitos centrais mobilizados pelo ecosocialismo é o de ruptura metabólica, originalmente presente na obra de Karl Marx e retomado por autores contemporâneos. Essa noção refere-se à desarticulação entre os ciclos naturais e os processos sociais de produção, provocada pela lógica capitalista de exploração intensiva dos recursos naturais. Ao submeter a natureza à racionalidade da acumulação, o capitalismo rompe equilíbrios ecológicos fundamentais, transformando a relação sociedade-natureza em uma relação predatória e insustentável (Foster, 2023; Burkett, 2018). Na leitura presente na sua tese, essa ruptura não é um efeito colateral do sistema, mas uma de suas expressões constitutivas.

A partir dessa perspectiva, os Ecosocialismos rejeitam a ideia de que a crise ambiental possa ser resolvida por ajustes técnicos ou por mecanismos de mercado, como propõem abordagens reformistas. Ao contrário, sustentam que a degradação ecológica está diretamente vinculada à mercantilização da natureza, isto é, à sua transformação em mercadoria inserida nos circuitos de valorização do capital. Esse processo implica a redução dos elementos naturais a recursos econômicos, passíveis de apropriação, exploração e acumulação, o que intensifica a pressão sobre os ecossistemas e acelera sua exaustão (Leff, 2023; Löwy, 2014).

A crítica à mercantilização da natureza é acompanhada pela denúncia da lógica produtivista que orienta o capitalismo contemporâneo. Como discutido na sua tese, a expansão contínua da produção e do consumo constitui um imperativo estrutural do sistema, independentemente de suas consequências socioambientais (Harvey, 2019; Harvey, 2020). Nesse contexto, a natureza é incorporada ao processo produtivo como insumo ilimitado, enquanto seus limites biofísicos são sistematicamente ignorados. Essa dinâmica revela uma contradição fundamental: o capitalismo depende de crescimento infinito em um planeta finito, o que torna sua sustentabilidade ecologicamente inviável a longo prazo (Foster, 2023; Saito, 2021).

Outro elemento central do referencial ecosocialista é a articulação entre crise ambiental e desigualdade social. Ao contrário de perspectivas que tratam os impactos ecológicos de forma



homogênea, os Ecosocialismos enfatizam que os custos da degradação ambiental são distribuídos de maneira desigual, recaindo de forma mais intensa sobre populações vulnerabilizadas. Tal abordagem aproxima o ecosocialismo do conceito de justiça socioambiental, ao evidenciar que a crise ecológica é, simultaneamente, uma crise de distribuição de riscos, de acesso a recursos e de reconhecimento social (Leff, 2023; Löwy, 2014). Essa dimensão é explicitamente reconhecida na sua tese ao destacar a interdependência entre desigualdade social e degradação ambiental.

Além da crítica, os Ecosocialismos também apresentam um conjunto de proposições normativas voltadas à reorganização das relações entre sociedade e natureza. Entre essas propostas, destacam-se a defesa do planejamento democrático da economia, o controle social dos meios de produção e a construção de formas coletivas de gestão dos bens comuns. Tais propostas buscam superar a lógica de mercado como princípio organizador da vida social, substituindo-a por formas de organização baseadas em critérios de sustentabilidade, equidade e participação (Barreto, 2022; Burkett, 2019; Servulo, 2019).

Essa reorientação implica, ainda, uma crítica ao paradigma do crescimento econômico ilimitado. Autores ecosocialistas argumentam que a superação da crise ambiental exige não apenas mudanças tecnológicas, mas também transformações nos padrões de consumo e nos valores sociais. Nesse sentido, defendem a construção de uma sociedade orientada pelo uso racional dos recursos, pela redução do consumo supérfluo e pela valorização de formas de vida sustentáveis (Saito, 2021; Foster, 2023).

Importa destacar que os Ecosocialismos não constituem uma teoria homogênea, mas um campo em construção, marcado por diferentes correntes e interpretações. Conforme evidenciado na sua tese, essa pluralidade decorre tanto da diversidade de contextos históricos quanto das distintas formas de apropriação do legado marxista (Barreto, 2022; Servulo, 2019). Apesar dessas diferenças, é possível identificar um núcleo comum que articula crítica ao capitalismo, defesa da justiça social e preocupação com a preservação ambiental.

Finalmente, os Ecosocialismos devem ser compreendidos como parte de um movimento mais amplo de renovação das teorias críticas diante dos desafios do século XXI. Ao incorporar a dimensão ecológica à crítica da economia política, essas correntes ampliam o horizonte analítico das ciências sociais e contribuem para a construção de alternativas teóricas e políticas diante da crise socioambiental contemporânea. Como sugere a análise desenvolvida na sua tese, o diálogo entre diferentes tradições, inclusive a ecologia política e outras perspectivas críticas, é fundamental para o aprofundamento dessas propostas e para a formulação de respostas mais abrangentes aos desafios globais.



4 RESULTADOS DA ANÁLISE

A análise desenvolvida neste artigo permite identificar que os Ecosocialismos se constituem como uma crítica estrutural ao capitalismo neoliberal, ao mesmo tempo em que oferecem um conjunto de proposições normativas orientadas à reorganização das relações entre sociedade e natureza. Diferentemente de abordagens reformistas, que buscam compatibilizar crescimento econômico e sustentabilidade por meio de ajustes técnicos, as correntes ecosocialistas partem do pressuposto de que a crise socioambiental contemporânea é inseparável da lógica de acumulação de capital.

Nesse sentido, o primeiro resultado relevante diz respeito à compreensão de que a degradação ambiental não constitui uma externalidade do sistema econômico, mas uma consequência intrínseca de seu funcionamento. Como indicado na literatura mobilizada, a expansão contínua da produção e do consumo, característica do capitalismo neoliberal, intensifica a exploração dos recursos naturais e rompe os ciclos ecológicos fundamentais (Harvey, 2019; Foster, 2023; Saito, 2021). Essa dinâmica é reforçada pela transformação da natureza em mercadoria, processo que subordina os limites biofísicos do planeta à lógica da valorização do capital. Tal diagnóstico é coerente com a análise presente na sua tese, que identifica a mercantilização da natureza como um dos principais motores da crise socioambiental contemporânea.

Além disso, a análise evidencia que o capitalismo neoliberal opera por meio de uma racionalidade expansiva que naturaliza padrões de consumo insustentáveis e dificulta a construção de alternativas ecológicas. A necessidade permanente de crescimento econômico, associada à competição entre agentes de mercado, gera um cenário no qual a redução do consumo ou a limitação da produção são percebidas como ameaças à estabilidade do sistema. Nesse contexto, iniciativas como o desenvolvimento sustentável frequentemente são incorporadas de forma superficial, funcionando como estratégias discursivas que não alteram as estruturas fundamentais do modelo econômico (Harvey, 2021; Leff, 2023). A sua tese também aponta para esse fenômeno ao destacar o papel do greenwashing na legitimação de práticas ambientalmente predatórias sob o discurso da sustentabilidade.

Outro resultado importante refere-se à articulação entre crise ambiental e desigualdade social. A análise demonstra que os impactos da degradação ecológica são distribuídos de forma desigual, atingindo com maior intensidade populações vulnerabilizadas. Essa constatação reforça a ideia de que a crise socioambiental deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, no qual questões ecológicas e sociais se entrelaçam de maneira indissociável (Leff, 2023; Löwy, 2014). Conforme evidenciado na sua tese, essa desigualdade se manifesta tanto na exposição diferenciada aos riscos ambientais quanto no acesso desigual aos recursos naturais e às políticas de mitigação.

A partir desse diagnóstico, os Ecosocialismos apresentam um conjunto de proposições que visam superar as limitações do modelo vigente. Entre os principais elementos identificados, destaca-



se a defesa do planejamento democrático da economia, entendido como mecanismo de reorganização da produção com base em critérios sociais e ecológicos, e não na maximização do lucro. Essa proposta implica a redefinição do papel do Estado e das instituições, bem como a ampliação da participação social nos processos decisórios relacionados ao uso dos recursos naturais (Barreto, 2022; Burkett, 2019; Servulo, 2019).

Ademais, a análise indica que os Ecosocialismos enfatizam a necessidade de reconfiguração dos padrões de consumo, defendendo a redução do consumo supérfluo e a construção de formas de vida orientadas pela sustentabilidade. Essa perspectiva rompe com a lógica produtivista do capitalismo, ao reconhecer que a superação da crise ambiental depende não apenas de mudanças estruturais na produção, mas também de transformações culturais e sociais mais amplas (Saito, 2021; Foster, 2023).

Outro aspecto relevante diz respeito à centralidade da democracia ecológica nas propostas ecosocialistas. Ao contrário de soluções tecnocráticas, essas correntes defendem a participação ativa da sociedade na gestão dos bens comuns, como água, terra e energia. Tal abordagem busca garantir que as decisões sobre o uso dos recursos naturais sejam orientadas por critérios coletivos, e não por interesses privados. Essa dimensão aparece na sua tese como elemento fundamental para a construção de alternativas socioambientais mais justas e sustentáveis.

Entretanto, a análise também revela limites e desafios das propostas ecosocialistas. Entre eles, destaca-se a dificuldade de operacionalização de suas propostas em contextos marcados por forte hegemonia neoliberal e por estruturas institucionais consolidadas. Além disso, a pluralidade interna do campo ecosocialista, embora represente riqueza teórica, pode gerar indefinições conceituais e divergências estratégicas que dificultam sua aplicação prática (Barreto, 2022; Servulo, 2019).

Por fim, os resultados indicam que os Ecosocialismos não devem ser compreendidos apenas como alternativa econômica, mas como proposta de reorganização civilizatória. Ao questionar os fundamentos do capitalismo neoliberal e propor novas formas de relação entre sociedade e natureza, essas correntes ampliam o horizonte do debate acadêmico e político sobre a crise socioambiental contemporânea. Nesse sentido, sua principal contribuição reside na capacidade de articular crítica estrutural e proposição normativa, oferecendo um referencial teórico consistente para pensar alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente.

5 DISCUSSÃO

A análise desenvolvida neste artigo permite sustentar que os Ecosocialismos representam uma inflexão relevante no interior das teorias críticas contemporâneas, especialmente ao integrar de maneira sistemática a dimensão ecológica à crítica da economia política. Essa integração desloca o debate socioambiental de abordagens fragmentadas — centradas ora na técnica, ora na moralidade — para uma perspectiva estrutural, na qual a crise ecológica é compreendida como expressão das



contradições do capitalismo neoliberal. Nesse sentido, os resultados obtidos reforçam a interpretação de que não é possível enfrentar a degradação ambiental sem questionar os fundamentos do modelo econômico vigente (Foster, 2023; Saito, 2021).

Tal constatação dialoga diretamente com a literatura que aponta os limites das soluções reformistas baseadas em mecanismos de mercado e inovação tecnológica. Como observado anteriormente, estratégias como o desenvolvimento sustentável e a economia verde tendem a operar dentro da própria lógica de acumulação, o que restringe sua capacidade de promover transformações estruturais (Harvey, 2014; Harvey, 2021). A crítica ecossocialista, nesse ponto, revela sua força ao evidenciar que tais iniciativas frequentemente funcionam como formas de adaptação do capitalismo à crise ambiental, e não como sua superação. A sua tese reforça essa leitura ao destacar o papel do greenwashing na reprodução de práticas ambientalmente insustentáveis sob uma aparência de responsabilidade ecológica.

Além disso, a discussão evidencia que a contribuição dos Ecosocialismos não se limita ao diagnóstico da crise, mas se estende à formulação de alternativas normativas. Ao propor o planejamento democrático da economia e a gestão coletiva dos bens comuns, essas correntes ampliam o horizonte do debate sobre sustentabilidade, incorporando dimensões políticas e sociais frequentemente negligenciadas por abordagens tecnocráticas. Nesse aspecto, os Ecosocialismos convergem com perspectivas da ecologia política, que enfatizam a centralidade das relações de poder na produção e na distribuição dos impactos ambientais (Leff, 2023).

Contudo, a análise também permite identificar tensões importantes no interior do campo ecossocialista. A primeira delas diz respeito à viabilidade política de suas propostas. Em contextos marcados pela hegemonia neoliberal, pela financeirização da economia e pela fragmentação das formas de organização coletiva, a implementação de modelos baseados em planejamento democrático e controle social enfrenta obstáculos significativos. Essa dificuldade não invalida as proposições ecossocialistas, mas indica a necessidade de aprofundamento das estratégias de transição entre o modelo vigente e as alternativas propostas (Barreto, 2022; Servulo, 2019).

Outra tensão relevante refere-se à pluralidade interna dos Ecosocialismos. Como destacado na sua tese, trata-se de um campo em construção, que reúne diferentes interpretações do marxismo e distintas propostas de reorganização socioeconômica. Essa diversidade, embora represente riqueza teórica, pode gerar indefinições conceituais e dificultar a consolidação de um programa político mais coeso. Ao mesmo tempo, essa pluralidade pode ser interpretada como reflexo da complexidade da própria crise socioambiental, que exige respostas múltiplas e interdisciplinares.

Ademais, a discussão aponta para a necessidade de ampliar o diálogo entre os Ecosocialismos e outras tradições teóricas e normativas. A sua tese já indica a relevância desse movimento ao evidenciar convergências entre o ecossocialismo e a Ecologia Integral, especialmente no que se refere



à crítica ao capitalismo e à defesa da justiça socioambiental. Esse tipo de articulação sugere que a construção de alternativas à crise contemporânea pode se beneficiar da interação entre diferentes matrizes teóricas, incluindo perspectivas religiosas, éticas e culturais, desde que preservada a consistência analítica e o rigor conceitual.

Portanto, a discussão reforça que a principal contribuição dos Ecosocialismos reside na capacidade de articular crítica estrutural e horizonte normativo. Ao evidenciar os limites ecológicos do capitalismo e propor formas alternativas de organização social, essas correntes recolocam no centro do debate acadêmico e político a necessidade de repensar o próprio sentido de desenvolvimento. Nesse sentido, mais do que um conjunto fechado de propostas, os Ecosocialismos devem ser compreendidos como um campo aberto de reflexão crítica, cuja relevância tende a se ampliar à medida que a crise socioambiental se intensifica.

6 CONCLUSÕES

O presente artigo buscou analisar os Ecosocialismos como alternativa teórica e política diante da crise socioambiental contemporânea, partindo do reconhecimento de que essa crise não pode ser compreendida como fenômeno isolado ou contingente, mas como expressão das contradições estruturais do capitalismo neoliberal. A partir da articulação entre materialismo histórico e ecologia política, procurou-se demonstrar que a degradação ambiental e o aprofundamento das desigualdades sociais constituem dimensões interdependentes de um mesmo processo histórico.

Os resultados obtidos indicam que os Ecosocialismos oferecem uma crítica consistente à racionalidade econômica dominante, ao evidenciar a incompatibilidade entre a lógica de acumulação de capital e os limites ecológicos do planeta. Nesse sentido, destacam-se três contribuições centrais dessas correntes: a denúncia da mercantilização da natureza, a incorporação da dimensão ecológica à crítica da economia política e a formulação de alternativas baseadas em justiça socioambiental e organização democrática da produção. Tais elementos confirmam a hipótese de que os Ecosocialismos ampliam o alcance da tradição marxista ao integrar de forma sistemática a problemática ambiental.

Além disso, o artigo evidenciou que a relevância dos Ecosocialismos não reside apenas em sua capacidade crítica, mas também em seu potencial propositivo. Ao defenderem a reorganização das relações entre sociedade e natureza, essas correntes contribuem para a construção de novos horizontes normativos, orientados por sustentabilidade, equidade e participação democrática. Essa perspectiva é coerente com a análise desenvolvida na sua tese, que aponta para a necessidade de superação das formas contemporâneas de exploração socioambiental e de construção de alternativas paradigmáticas mais abrangentes.

Contudo, também foram identificados limites e desafios relevantes. A pluralidade interna do campo ecosocialista, embora represente riqueza teórica, pode dificultar a consolidação de estratégias



políticas mais definidas. Ademais, a implementação de suas propostas enfrenta obstáculos significativos em contextos marcados pela hegemonia neoliberal e pela centralidade do mercado na organização social. Tais desafios indicam que o avanço dessas propostas depende não apenas de elaboração teórica, mas também de processos políticos e institucionais capazes de viabilizar sua concretização.

Diante disso, sugere-se como agenda de pesquisa futura o aprofundamento do diálogo entre os Ecosocialismos e outras abordagens críticas, incluindo perspectivas da ecologia política, da economia ecológica e de tradições ético-religiosas, como a Ecologia Integral. A aproximação entre esses campos, já indicada na sua tese, pode contribuir para a construção de respostas mais abrangentes à crise socioambiental, ao integrar diferentes dimensões analíticas e normativas.

Em síntese, conclui-se que os Ecosocialismos constituem um referencial teórico relevante para compreender e enfrentar os desafios socioambientais do século XXI. Ao articular crítica estrutural e horizonte normativo, essas correntes contribuem para o reposicionamento do debate acadêmico e político em torno da necessidade de repensar as bases do desenvolvimento contemporâneo. Mais do que uma alternativa entre outras, o ecosocialismo se apresenta como uma proposta que questiona os próprios fundamentos da organização social vigente, abrindo caminho para a construção de formas mais justas e sustentáveis de relação entre a humanidade e a natureza.



REFERÊNCIAS

- BARRETO, Eduardo Sá. Ecologia marxista para pessoas sem tempo. 1ª ed., São Paulo, SP: Usina Editorial, 2022.
- BOFF, Leonardo. O doloroso parto da mãe terra: uma sociedade de fraternidade sem fronteiras e de amizade social. 1ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- BURKETT, Paul. Marx and Nature: A Red and Green Perspective. Leiden: Brill, 2018.
- BURKETT, Paul. Marx and Nature: a Red and Green perspective. 1ª ed., 2ª reimp., Chicago, USA: Haymarket Books, 2019.
- BURKETT, Paul. Marxism and Ecological Economics: toward a red and green political economy. 1ª ed., 1ª reimp., Chicago, USA: Haymarket Books, 2018.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed., 7ª reimp., São Paulo, SP: Boitempo, 2022.
- FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx. 1ª ed., São Paulo, SP: Expressão Popular, 2023.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.
- HARVEY, David. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. 1ª ed., 3ª reimp. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- HARVEY, David. O enigma do Capital e as crises do capitalismo. 1ª ed., 4ª reimp., São Paulo, SP: Boitempo, 2019.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 5ª ed., São Paulo, SP: Loyola, 2014.
- HARVEY, David. Para entender o Capital: livro I. 1ª ed., 3ª reimp., São Paulo, SP: Boitempo, 2020.
- LEFF, Enrique. Ecologia política: da desconstrução do capital à desterritorialização da vida. 1ª ed., 1ª reimp., São Paulo, SP: Unicamp, 2023.
- LÖWY, Michael. O que é ecossocialismo? São Paulo: Cortez, 2014.
- MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Unicamp, 2023.
- SAITO, Kohei. O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e crítica inacabada à economia política. 1ª ed., São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- SERVULO, Albertino. Dialética da natureza em Marx: a crítica ambiental do ecossocialismo. 1ª ed., Curitiba, PR: CRV, 2019.

